

# UMA QUESTÃO CRUCIAL NO FUTURO GEOPOLÍTICO DO GOLFO PÉRSICO A SUCESSÃO NA CASA REAL SAUDITA\*

*José Félix Ribeiro*

**A** Arábia Saudita baseia hoje a sua influência mundial em dois pilares: por um lado, é a guardiã dos lugares santos do Islão – Meca e Medina – que durante séculos viveram sob a protecção da dinastia hachemita, descendente de Maomé, que Abdul Aziz al Saud derrotou e expulsou do Hedjaz durante a guerra civil árabe do início dos anos 20; por outro, detém as maiores reservas mundiais de petróleo de que é o principal exportador mundial, com base nas jazidas situadas no Leste do reino, numa região com forte presença de população xiita.

Os acontecimentos trágicos do 11 de Setembro de 2001 nos EUA colocaram a Arábia Saudita no centro das atenções mundiais por outra ordem de razões: quinze dos dezanove suicidas que se lançaram contra as Torres Gémeas, em Nova Iorque, e contra o edifício do Pentágono, em Washington, eram sauditas; porque saudita é Osama bin Laden, o chefe da rede terrorista da Al-Qaida; porque a Arábia Saudita foi, em conjunto com o Paquistão, o principal apoio do regime taleban no Afeganistão, que bin Laden transformou na sua principal base de recrutamento, treino e actuação.

Aos poucos tornou-se visível a extensão do apoio oficial e particular dos sauditas à expansão mundial do wahhabismo, a seita fundamentalista sunita nascida nos desertos da Arábia no século XVIII e cujo fundador selou uma aliança com o chefe da família Saud no sentido de legitimar o poder deste em troca de protecção militar para a expansão da sua doutrina. Dessa aliança resultaram três tentativas de unificação da península arábica sob controlo da Casa de Saud.

## **O WAHHABISMO**

O wahhabismo é uma corrente islâmica sunita – criada por Muhaammad Ibn al-Wahhab, nascido em 1703 num oásis do Najd, no centro da actual Arábia Saudita – que foi buscar a sua inspiração à escola jurídica Hanbali e em particular aos ensinamentos de Ibn Taymya. Recorde-se que a escola Hanbali surgiu como as restantes três principais escolas jurídicas do sunismo durante o califado abássida, em confronto com os reformistas da escola filosófica Mutazeli que defendiam o recurso à razão para a interpretação dos textos religiosos básicos do Islão. A escola Hanbali defendia o regresso a uma interpretação literal da Sunna (tradição) e dos Hadiths (os dizeres atribuídos ao Profeta). Ibn Taymya, nascido em 1263 no Iraque, retomou os ensinamentos da escola Hanbali e usou-os como base ideológica de um movimento político de oposição aos mongóis que haviam conquistado Bagdade e posto fim ao califado abássida.

A doutrina wahhabita, nascida cinco séculos mais tarde, retomou os ensinamentos de Taymya defendendo o regresso à pureza original do culto e do dogma islâmicos, limpos de todas as inovações, crenças e superstições populares que se haviam acumulado ao longo dos séculos, sob influência do xiismo e das correntes sufis do sunismo. Os wahhabitas são dos poucos muçulmanos que recusam a devoção para com a família do Profeta (as suas mulheres, sobretudo a primeira, Khadija, que teve uma profunda influência no Profeta, os seus filhos e genros) o que lhes dá uma liberdade total de combate aos xiitas. Apenas é aceite como complemento do rito obrigatório da peregrinação a Meca e a visita ao túmulo de Maomé, em Medina.

Ao longo da sua vida, Ibn Wahhab e os seus partidários vão destruir as obras dos místicos, interditar a constituição de bens religiosos em favor das confrarias sufis, combater o culto dos santos considerado como paganismo e perseguir os xiitas. Vivendo em pleno Império Otomano, vai criticar violentamente o sultão (sunita de obediência hanbali) pela sua tolerância para com o consumo de álcool e por admitir a participação de judeus e cristãos na administração do império. O radicalismo da doutrina e a violência dos seus partidários vão marcar desde o início o wahhabismo. Em 1739, e depois de uma longa série de estudos e viagens pelos principais locais de ensinamento religioso do Islão, Ibn Wahhab iniciou a sua actividade de pregação com a publicação de *Kitab al-Tawhid*, ou «Livro da Unidade Fundamental», em que expõe a sua visão reformadora e puritana do Islão. Expulso da cidade de Huramila, onde vivia a sua família, e, posteriormente, do seu oásis natal, onde se refugiara com os seus partidários, vai forjar em 1744 um pacto político-religioso com um chefe tribal da família dos Ibn Saud, que dirigia a partir de Dariya a confederação das tribos Anaza. Esse pacto tinha como objecto fundar um Estado islâmico, independente do Império Otomano e organizado de acordo com os seus ensinamentos, conservando Al-Wahhab a chefia religiosa e concedendo a chefia político-militar aos Al-Saud. Esta aliança foi selada com o casamento de uma filha de Ibn al-Wahhab com um príncipe da Casa de Saud, a primeira de uma extensa série de alianças matrimoniais entre as duas famílias.

Desse pacto vão nascer as duas primeiras tentativas de formação de um Estado islâmico centrado na unificação política da península da Arábia e na conquista dos lugares santos do Islão – Meca e Medina. Ocorrerão nos séculos XVIII e XIX e ambas terminarão com a derrota temporária da Casa de Saud.

## NAS ORIGENS DA ARÁBIA SAUDITA

Em 1901, o emir Abdul Aziz Ibn Al-Saud inicia a terceira restauração wahhabita. É a partir desse ano que incentiva a organização dos beduínos do deserto da Arábia, que se opunham tenazmente aos otomanos, em colónias agrícolas que funcionarão como centros religiosos, económicos e militares, lançando as bases de um novo movimento político-militar – os Ikhwan (Irmãos Muçulmanos) – em que os laços religiosos e a fidelidade absoluta ao Estado saudita se pretendiam substituir aos laços tribais tradicionais. As influências estrangeiras são criticadas, o xiismo violentamente combatido e exigida a abolição dos impostos pagos ao Império Otomano. Em 1905, Abdul Aziz conquista Riad e obtém o apoio do clero wahhabita para a sua causa e para a sua liderança política. Num primeiro momento, aceita a suserania do Império Otomano mas começa desde cedo a fazer aberturas aos britânicos com o objectivo de ampliar a sua influência na península arábica, em detrimento dos otomanos. Em 1913, Abdul Aziz expulsa os turcos da região de Al Hutuf no Leste da Arábia, numa zona próxima do golfo Pérsico.

Em 1915 já existiam mais de duzentas colónias Ikhwan no Nadj e, em seu redor, Abdul Aziz podia contar com um exército de cem mil homens recrutado pelo movimento. Nessa data eram três os seus objectivos, ao serviço dos quais passava a dispor de um instrumento militar poderoso: conquistar o Hail, derrotando os Al-Rashid, o que lhe abria o caminho para avançar nos desertos setentrionais onde se localizam hoje o Iraque, a Jordânia e a Síria; conquistar o Hedjaz e controlar Meca e Medina, bem como toda a costa arábica do golfo Pérsico.

O desenrolar da I Guerra Mundial e o seu desfecho vieram alterar de modo profundo o contexto em que decorria a acção unificadora de Abdul Aziz. Ainda durante a guerra, os britânicos selam uma aliança com os hachemitas do Hedjaz que vão estar envolvidos no combate contra os turcos. A derrota do sultão e a posterior desagregação do Império Otomano foi acompanhada pela entrada em força dos britânicos no golfo Pérsico, na Mesopotâmia e na Palestina, passando a condicionar de forma insuperável as ambições de Abdul Aziz. No Cairo, em 1921, os britânicos tomam duas decisões fundamentais: entregam a dois filhos do xerife hachemita de Meca – Hussein – os tronos de dois países que haviam construído a partir dos mandatos que tinham recebido da Sociedade das Nações – a Transjordânia e o Iraque situados a norte da Arábia.

O primeiro movimento que Abdul Aziz concretiza no novo enquadramento é o ataque às posições dos Al-Rashid, derrotando-os e conquistando o Hail em 1921, não sem realizar depois três matrimónios com princesas desta família. A mobilização dos Ikhwan para esta tarefa não foi fácil, já que a intenção do movimento era conquistar os lugares santos do Islão – Meca e Medina – e derrubar Hussein, que detestava os wahhabitas e havia proibido os membros da irmandade de fazerem a peregrinação a Meca, sendo que em 1919

O DESENROLAR DA I GUERRA MUNDIAL  
E O SEU DESFECHO VIERAM ALTERAR DE MODO  
PROFUNDO O CONTEXTO EM QUE DECORRIA  
A ACÇÃO UNIFICADORA DE ABDUL AZIZ.

os Ikhwan já haviam mostrado que eram capazes de derrotar os hachemitas (batalha de Turabah, na fronteira entre o Nadj e o Hedjaz) e de avançar pela Transjordânia ameaçando as posições do filho mais velho de Hussein.

O segundo movimento, mais ambicioso e arriscado, consistiu no ataque aos hachemitas do Hedjaz pondo fim a uma guerra civil árabe que durara cinco anos e que se concluiu em 1924 com a entrada das tropas Ikhwan em Meca e Djeddah e a expulsão de Hussein. Sem que tivesse contado com nenhuma espécie de oposição por parte dos britânicos.

Abdul Aziz foi proclamado rei do Nadj e do Hedjaz e protector dos lugares santos e da Ordem Moral Muçulmana, não sem ter destruído logo depois os pavilhões das quatro escolas jurídicas sunitas que os hachemitas tinham deixado instalar em torno da Ka'aba em Meca.

Apoiado nas vitórias de Abdul Aziz, o wahhabismo ganhou influência nos emirados do golfo Pérsico, no Iémen e mesmo no Iraque. Mas o rigorismo da doutrina e o activismo violento dos Ikhwan provocam incidentes permanentes com os países vizinhos e com os peregrinos e tornam-se incompatíveis com a organização das peregrinações a Meca e com o controlo dos lugares santos.

Mas logo em 1929, Abdul Aziz foi abrigado a afrontar e derrotar os Ikhwan para assegurar o poder da sua família (ver caixa). Contou para tal com o apoio militar da Grã-Bretanha. Em 1932 é oficialmente constituído um Estado com a designação de Arábia Saudita. A conquista do Hedjaz representou um enorme desafio para Ibn Saud. A dinastia dos hachemitas, que havia controlado politicamente o território em que se localizavam Meca

A DINASTIA DOS HACHEMITAS PODIA REIVINDICAR O «SANGUE» COMO LEGITIMAÇÃO PARA O SEU PAPEL ÚNICO NO MUNDO MUÇULMANO ENQUANTO GUARDIÃ DOS DOIS LUGARES MAIS SAGRADOS DO ISLÃO. A DINASTIA SAUDITA NÃO TINHA ESSA FONTE DE LEGITIMIDADE.

e Medina durante quase mil anos, podia reivindicar o «sangue» – ou seja, a descendência do Profeta – como legitimação para o seu papel único no mundo muçulmano enquanto guardião dos dois lugares mais sagrados do Islão. A dinastia saudita não tinha essa fonte de legitimidade. E a legitimação religiosa que poderiam invo-

car – a aliança com os wahhabitas – não era de molde a convencer à partida o conjunto do mundo islâmico dado o carácter altamente minoritário desta corrente e a sua postura agressiva face a todas as outras correntes islâmicas, não só xiitas como sunitas. O «cosmopolitismo» e a tradição de tolerância religiosa da dinastia hachemita eram muito mais fiáveis. Daqui decorreu uma estratégia multifacetada para tentar «merecer» o título de guardiões dos lugares santos, que incluiu a nomeação de figuras de topo da Casa Real para governadores do Hedjaz ou das duas províncias em que posteriormente este foi dividido; a preocupação de garantir as melhores condições de acolhimento e de segurança durante as peregrinações, e, por último, o envolvimento da família real num vastíssimo conjunto de iniciativas políticas, filantrópicas ou culturais que visavam fazê-la aparecer como defensora da unidade e projecção do mundo muçulmano.

## A PRIMEIRA REVOLTA DOS IKHWAN

Fayçal Al-Duwaysh, da tribo Mutair, desafiou a autoridade dos Saud em 1927 mobilizando contra eles os Irmãos Muçulmanos (Ikhwan), uma organização tribal cuja formação foi apoiada por Abdul Aziz Ibn Saud e a quem ficou a dever grande parte das vitórias militares que lhe permitiram unificar a Península Arábica e proclamar em 1932 o Estado da Arábia Saudita.

Com o patrocínio de Ibn Saud um vasto conjunto de «educadores religiosos voluntários» – os *mutawwa* – foram enviados para junto das tribos nómadas do Najd com a missão de os converter aos princípios do islão wahhabita, de os conquistar para a guerra santa – a *jihad* – contra os que se afastassem do verdadeiro caminho do Islão, e de os levar a aceitar a direcção dos Saud nessa campanha de expansão, simultaneamente religiosa e territorial.

Al-Duwaysh, que era chefe de tribo, foi sujeito, com os outros membros da mesma, ao programa de reeducação, «disciplina e punição» imposto pelos *mutawwa* no termo do qual o seu carácter mudou – «um beduíno selvagem, arrogante e perspicaz transformara-se num fanático religioso, animado por uma indomável vontade de islamizar a Arábia e de expandir a fé para além das suas fronteiras. Mas em poucos anos também o mundo mudou muito. No final dos anos 20, a Arábia estava já «cercada» pelo Império Britânico – na Transjordânia, no Iraque e no Kuwait – e as autoridades britânicas mostravam-se preocupadas em desenhar as fronteiras definitivas dos novos estados que controlavam e pouco disponíveis para aceitar a liberdade de circulação das tribos que tradicionalmente percorriam os espaços desertos dessa vasta região.

Face a esta nova situação, Al-Duwaysh denunciou violentamente a proibição inglesa de livre circulação das tribos e começou a atacar Ibn Saud por este estar a ceder às pressões britânicas. Não tendo obtido satisfação acabou por declarar Ibn Saud inepto para chefiar uma comunidade muçulmana já que havia comprometido a sua liberdade de acção em favor dos britânicos. Os rebeldes Ikhwan começaram também a criticar acesamente a sua conduta pessoal, nomeadamente os seus casamentos em série, que consideravam pecaminosa relativamente à versão do Islão em que haviam sido moldados.

Ibn Saud chegou então à conclusão que era vital conter a actuação dos Ikhwan, se quisesse preservar as boas relações com a Grã-Bretanha, a superpotência presente na região do Médio Oriente. Depois de algumas tentativas falhadas de compromisso com os rebeldes, decidiu reunir um exército composto por guerreiros das tribos do Najd para esmagar a rebelião, o que aconteceu na batalha de Sibila e nos *raids* seguintes contra os campos dos Ikhwan. Para proceder à completa liquidação do que restava das forças rebeldes, Ibn Saud aceitou a oferta britânica de enviar a Royal Air Force estacionada no Kuwait e no Iraque para atacar os rebeldes que fugiram em direcção ao Kuwait. Em Janeiro de 1930, os britânicos capturaram Al-Duwaysh e entregaram-no a Ibn Saud, que o manteve preso até morrer meses depois no cárcere. A derrota dos Ikhwan foi seguida pela proclamação do reino da Arábia Saudita, em 1932.

**Nota:** Após a vitória de Abdul Aziz uma parte dos Ikhwan que sobreviveram fugiu para o Egipto onde, por coincidência, foi criada em 1928 a organização dos Irmãos Muçulmanos que se havia de tornar na mais poderosa organização política islamita sunita. Outros, que permaneceram na Arábia e aceitaram a autoridade de Ibn Saud, vieram a formar a antecessora da actual Guarda Nacional, que ficou conhecida como «Exército Branco», devido à cor do traje dos seus membros, e que ficou desde então encarregue da segurança da Casa Real.

Crucial para o novo Estado foi a descoberta de petróleo em quantidades maciças nas províncias orientais, por coincidência aquelas onde vivia a minoria xiita do jovem Estado. Recorde-se que o petróleo já havia sido descoberto nas margens do golfo Pérsico antes da I Guerra Mundial, primeiro na Pérsia e depois no Barém. Nos anos 30, companhias britânicas e americanas competiram para a concessão dos direitos de prospecção e exploração de petróleo na Província Oriental da Arábia Saudita. Mas o rei Ibn Saud acabou por entregar a concessão a empresas americanas, como modo de ganhar alguma autonomia face ao poder britânico dominante e já envolvido na exploração de petróleo noutros países da região. No final da década de 30, a americana SOCAL descobriu as primeiras jazidas gigantescas e de extracção com muito baixo custo da Arábia Saudita e passados alguns anos quatro companhias ameri-

CRUCIAL PARA O NOVO ESTADO FOI A DESCOBERTA DE PETRÓLEO EM QUANTIDADES MACIÇAS NAS PROVÍNCIAS ORIENTAIS, POR COINCIDÊNCIA AQUELAS ONDE VIVIA A MINORIA XIITA DO JOVEM ESTADO.

canas e o Estado saudita tornam-se sócios da ARAMCO que irá deter o monopólio da prospecção e exploração de petróleo do reino.

Refira-se que durante a II Guerra Mundial, quando amplos sectores da intelectualidade árabe alinharam com o nazismo – dos

quais se podem destacar a direcção dos Irmãos Muçulmanos ou o Grande Mufti de Jerusalém – Ibn Saud manteve uma posição de neutralidade, não sem ter realizado algumas aberturas para com a Alemanha, como por exemplo o acordo sobre armamentos celebrado imediatamente antes do início das hostilidades. À medida que as necessidades de combustíveis aumentavam, os Aliados olharam cada vez mais as reservas de petróleo sauditas como estratégicas. Em 1943, o Presidente Franklin D. Roosevelt declarou que a defesa da Arábia Saudita era de interesse vital para os EUA, fazendo com que o reino pudesse beneficiar de financiamentos de guerra americanos. No início de 1945 o reino rompe definitivamente com a postura de neutralidade e declara formalmente guerra à Alemanha.

Em 1945, Ibn Saud integrou os fundadores da Liga Árabe e a Arábia Saudita participa em 1948, embora de forma simbólica, na primeira Guerra Israelo-Árabe, afirmando até aos dias de hoje um posicionamento de defesa intransigente dos direitos dos palestinianos.

## DE FAYSAL A FAHAD

Nos anos 40, Abdul Aziz Ibn Saud concretizou uma aliança, esta agora com os EUA, que, em troca da protecção da Casa de Saud face a poderes rivais no Médio Oriente, obtinham a garantia de um abastecimento de petróleo.

A Casa Real passou a ter assim que gerir uma dupla aliança: com o clero wahhabita, que a legitimava internamente, e com os EUA que a protegiam face ao exterior. A Guerra Fria permitiu que esta dupla aliança funcionasse, não sem tensões graves em certos períodos – como quando o rei Faysal apoiou a acção militar de Sadate contra Israel em 1973, e liderou o embargo que esteve na origem do primeiro choque petrolífero.

A Abdul Aziz Ibn Saud sucedeu o seu filho mais velho, Saud, que irá reinar de 1953 a 1964 e acabará deposto pela vontade do clero wahhabita e da maioria da família real, reunida em torno do príncipe herdeiro, Faysal.

### **A IMPORTÂNCIA CRUCIAL DO REI FAYSAL**

Perturbado pelo avanço das correntes republicanas, seculares e socializantes no mundo árabe, que considerava uma ameaça à legitimidade e à própria sobrevivência da Casa de Saud, o rei Faysal vai lançar-se num amplo programa de apoio à criação de *fora* políticos, instituições internacionais e financeiras que reforçassem as correntes islamitas no mundo árabe e muçulmano, e que simultaneamente facilitassem a difusão internacional do wahhabismo.

Na sequência da Guerra dos Seis Dias, em 1967, e da derrota de Nasser, o rei Faysal lança-se numa ousada actuação internacional destinada a colocar a Arábia Saudita, e o seu poder wahhabita, na liderança do mundo árabe, ameaçado agora também pela convergência de um Israel vitorioso e de um Irão seu aliado, que se preparava para se tornar na peça central dos EUA no golfo Pérsico, após a retirada da Grã-Bretanha de todas as suas posições a leste do Suez, decidida nesse ano de 1967. No centro desta actuação vai estar a defesa dos direitos dos palestinianos e a utilização maciça dos petrodólares como instrumento de influência em dois estados fortemente atingidos pela guerra – o Egipto e a Jordânia.

Já na Conferência de Cartum, em Agosto de 1967, a Arábia Saudita, a Líbia e o Kuwait acordaram na constituição de um fundo de 378 milhões de dólares para serem distribuídos aos países que tinham sofrido com a guerra, sendo de recordar que, nesse momento, quer o Egipto quer a Jordânia se encontravam em situações orçamentais desesperadas. Esta generosidade saudita teve uma contrapartida – o início da retirada egípcia do Iémen.

Mas é em 1973 que se atinge o clímax da actuação saudita visando a liderança do mundo árabe. Faysal vai dar todo o seu apoio ao novo líder egípcio Anwar al-Sadat para lançar um ataque de surpresa contra Israel e depois vai ser decisivo na declaração pela OPEP de um aumento geral nos preços do petróleo e de um embargo petrolífero para forçar os EUA e os seus aliados a tratarem em pé de igualdade Israel e o Egipto quando a sorte da guerra estava a mudar a favor de Israel, e destinada a forçar a retirada de Israel dos territórios ocupados e ao reconhecimento dos direitos dos palestinianos. Na Conferência de Alger, em Novembro de 1973, todos os participantes, excepto a Jordânia, concordaram com o reconhecimento da Organização de Libertação da Palestina (OLP) como legítima representante do povo palestiniano. Ao fazê-lo, a Conferência estava a enfraquecer a posição do rival histórico da Casa de Saud – os hachemitas da Jordânia – e a colocar a futura representação dos palestinianos na dependência dos financiamentos sauditas e das monarquias do Golfo.

O rei Hussein da Jordânia foi posteriormente convencido a participar na Conferência de Rabat, em Outubro de 1974, na qual deu o seu acordo relutante a uma proposta em que se decidiu que a OLP fosse a organização que negociasse com Israel o estabelecimento de uma entidade palestiniana nos territórios ocupados. Como compensação os sauditas prometeram uma doação de 300 milhões de dólares nos quatro anos seguintes.

Em Março de 1975, Faysal é assassinado por um sobrinho.

Os anos de 1978 e 1979, ainda durante o reinado de Khaled, vão colocar a Casa de Saud perante a mais complexa situação externa da sua existência:

- a URSS invade o Afeganistão e impõe um regime anti-islâmico em Cabul, abrindo uma oportunidade única para que os elementos mais radicais do wahhabismo exijam uma mobilização de todo o mundo muçulmano, numa *jihã* anti-soviética;
- o Chefe de Estado egípcio, Anwar al-Sadat, a quem o rei Faysal havia dado todo o apoio para desencadear a guerra contra Israel em 1973, decide negociar com Israel uma paz separada, culminando em 1979 nos acordos de Camp David, patrocinados pelos EUA; forma-se um campo rejeccionista árabe que vai integrar a Síria, a Líbia, o Iraque e o Sudão, colocando a Arábia Saudita na difícil situação de ter de alinhar com este sector violentamente antiamericano e próximo dos soviéticos;
- o xã da Pérsia é deposto por uma revolução chefiada pelo alto clero xiita na pessoa do *ayatollah* Khomeini, que inicia uma campanha de expansão internacional islâmica e põe frontalmente em questão a legitimidade dos monarcas sauditas; a revolução iraniana é imediatamente acompanhada por revoltas da minoria xiita na província onde se concentra a produção petrolífera do reino; Saddam Hussein lança o exército iraquiano contra as tropas do novo regime iraniano na esperança de obter uma vitória rápida, contando com a colaboração dos árabes xiitas das províncias petrolíferas do Sul do Irão, iniciando uma guerra de oito anos nas proximidades da Arábia Saudita;
- internamente, um grupo de extremistas wahhabitas ocupa a grande mesquita de Meca e denuncia a Casa Real como ímpia.

As primeiras reacções a este novo contexto fizeram aparecer fissuras importantes na Casa de Saud – opondo o príncipe herdeiro Fahd a uma coligação que reuniu o rei Khaled, o príncipe Abdullah e os descendentes de Faysal. Mas com o passar dos anos, e sobretudo após a morte de Khaled e a subida ao trono de Fahd, veio a concretizar-se uma estratégia coerente e unificadora das várias facções dentro da Casa Real e susceptível de manter um relacionamento aprofundado com os EUA. Essa estratégia incluiu os seguintes elementos:

- apoio ao Iraque na guerra contra o Irão;
- aposta na *jihã* afegã como terreno de mobilização para o exterior dos elementos wahhabitas mais radicais, e como oportunidade para reeditar uma aliança com os Irmãos Muçulmanos extensível a todo o mundo islâmico sunita;
- apresentação de um plano de paz para o Médio Oriente que manteve a Arábia Saudita ao lado dos palestinianos, mas que seria rejeitada pelos estados com posturas mais anti-americanas;
- criação, com apoio de sectores sauditas e com envolvimento dos Irmãos Muçulmanos, de um novo actor palestiniano – o Hamas – à margem dos movimentos laicos e nacionalistas organizados no seio da OLP.

A modernização económica do reino e o estreitamento da aliança com os EUA foram características do longo reinado do rei Fahd, iniciado em 1982, e tiveram como contra-

partida um apoio indefectível à expansão mundial do wahhabismo no plano externo, e o rigor no controlo interno dos comportamentos e costumes. Já no final da Guerra Fria, e após a invasão do Afeganistão pela União Soviética, a Arábia Saudita selou uma aliança com o Paquistão e adoptou uma «estratégia a Leste», em direcção à Ásia Central satisfazendo a ala mais expansionista dos wahhabitas e ao mesmo tempo agradando aos EUA.

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 e o pedido de intervenção militar aos EUA por parte do rei Fahd, que levou ao estacionamento permanente de dezenas de milhar de militares americanos no reino, romperam esta convergência entre extremistas wahhabitas e a facção mais pró-americana da família real saudita.

A INVASÃO DO KUWAIT PELO IRAQUE EM 1990  
E O PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR AOS EUA  
POR PARTE DO REI FAHD ROMPERAM A  
CONVERGÊNCIA ENTRE EXTREMISTAS WAHHABITAS  
E A FACÇÃO MAIS PRÓ-AMERICANA  
DA FAMÍLIA REAL SAUDITA.

Em 1992, após o final da Guerra do Golfo, Fahd surpreende a Casa Real ao tomar a decisão de alterar as regras da sucessão, quer atribuindo ao monarca a competência para escolher o príncipe regente, quer abrindo a competição pelo poder aos príncipes de terceira geração. Esta decisão de Fahd inaugura um período de fortes tensões no interior da Casa Real, que opuseram o clã dos Sudayris, a que pertenciam Fahd e Sultan, e a maioria dos outros clãs da família real, receosos de perderem posições.

Em 1996 o príncipe Sultan chega mesmo a tentar convencer os ulemas a apoiar a decisão de afastar Abdallah das funções de príncipe regente, em seu favor, mas é derrotado.

### **A QUESTÃO DA SUCESSÃO NA CASA REAL SAUDITA**

O acidente vascular cerebral sofrido pelo rei Fahd em 1996 forçou-o a entregar as rédeas da governação ao príncipe regente Abdallah, que imprimiu uma nova direcção à política externa do reino, orientada em três direcções:

- Reduzir as tensões no golfo Pérsico mediante uma aproximação ao Irão, que em 1997 escolhia um novo presidente reformista e apostado na ruptura do isolamento internacional da república islâmica; esta redução de tensões era fundamental para o objectivo de retirar a prazo as tropas americanas do território saudita.
- Regressar à «estratégia a Oeste», centrada na busca da liderança do mundo árabe, tomando o conflito israelo-árabe como foco principal, intervindo na cena palestiniana, apoiando os partidários de uma nova intifada e assumido os riscos de um agravar de tensões com os EUA, e confirmando as relações especiais com o poder alawita da Síria.
- Diversificar as relações externas em direcção à União Europeia, China e Rússia, por forma a reduzir a dependência em relação aos EUA.

A Guerra do Iraque de 2003-2004 teve quase de imediato uma consequência – a decisão dos EUA de retirarem as tropas da Arábia Saudita – um dos objectivos prosseguidos por Abdallah. Mas, ao mesmo tempo, veio revelar a secundarização da Arábia Saudita na nova estratégia dos EUA para o Médio Oriente/golfo Pérsico.

É neste contexto muito pouco seguro que se virá a colocar o problema da sucessão do rei Fahd. Para perceber o que está em causa recorde-se que, na Arábia Saudita, cada vez que morre um rei um conselho de família escolhe o seu sucessor – em princípio o príncipe regente em exercício – e o *crown prince* que lhe deverá suceder. Este procedimento destinava-se a dar alguma estabilidade a uma monarquia não hereditária, como a saudita. Em 1992, um édito do rei Fahd abriu à segunda geração dos descendentes do fundador do reino a

A SUCESSÃO DE FAHD É PARTICULARMENTE COMPLEXA PORQUE ENVOLVE, EM PRINCÍPIO, DUAS ESCOLHAS: A DE UM NOVO PRÍNCIPE REGENTE E A DE UM NOVO COMANDANTE DA GUARDA NACIONAL.

possibilidade de competir para a escolha do sucessor dos actuais titulares. Actualmente, o príncipe regente, e futuro rei, é o príncipe Abdallah, que acumula com as funções de comandante da Guarda Nacional.

A sucessão de Fahd é particularmente complexa porque envolve, em princípio,

duas escolhas: a de um novo príncipe regente e a de um novo comandante da Guarda Nacional, com o que esta eventualmente exigirá de redistribuição de lugares no aparelho de defesa e segurança do reino.

A família real saudita, entendida no sentido estrito dos descendentes do fundador do moderno Estado da Arábia Saudita, o rei Abdul Aziz bin Abdul Rahman bin Faysal al Saud, é composta por um conjunto de príncipes, os seus descendentes directos (trinta e seis filhos, vários já falecidos) e os descendentes destes. A importância relativa dos príncipes de primeira geração é claramente diferenciada por três ordens de factores:

- a *linha materna* – o rei Abdul Aziz teve filhos de uma mulher da família do fundador da seita religiosa dos Wahhabitais; de duas mulheres de tribos importantes do reino; de uma mulher de um dos ramos colaterais da família Saud; de quatro mulheres de famílias aristocráticas, entre elas três da família dos Sudayris; e, por último, de oito mulheres não sauditas, entre elas várias concubinas, e começou por ter filhos das mulheres politicamente mais importantes e foi sucessivamente tendo filhos de mulheres menos posicionadas em termos de influência política no reino;

- o número de irmãos, filhos da mesma mãe – com efeito, alguns dos príncipes com «melhor» linha materna não tiveram irmãos ou tiveram só um, em contraste com o que aconteceu com os descendentes das mulheres das famílias aristocráticas (em particular de Hassa Al Sudayri) e das mulheres não sauditas;

- o número de descendentes de cada um dos filhos do rei fundador, e sobretudo o número de descendentes que ocupam posições relevantes no aparelho de Estado (ministros, governadores de província<sup>1</sup> e dirigentes das grandes empresas do complexo petrolífero).

Tendo em conta as linhas maternas podem identificar-se quatro grandes grupos de príncipes:

- o clã Faysal/Al Sheikh;
- o clã dos Sudayris no poder;
- os Sudayris na «oposição»;
- os «príncipes sem raízes» – descendentes de mães não sauditas.

O actual *crown prince* – o príncipe Abdallah – tem uma base de poder familiar limitada, embora pelo controlo que exerce desde o início dos anos 60 sobre a Guarda Nacional se possa assegurar de lealdades tribais que lhe proporcionam uma base política mais extensa.

### **O CLÃ FAYSAL/AL SHEIKH**

O que distinguia o rei Faysal dos restantes filhos do rei Abdul Aziz é que era filho do único «casamento» do fundador do actual Estado saudita com uma mulher da família do fundador da seita dos Wahhabis – Tarfah bint Abdallah Al Shaykh. Mas desse casamento não nasceram outros filhos, o que limita a rede do clã. Este é pois constituído pelos filhos do rei Faysal e de três esposas distintas.

a) Uma esposa de um ramo menor dos Saud, os Al Thunayan – Iffat Al Thunayan, da qual teve cinco filhos:

- **príncipe Muhamamad** – dirigente do Faysal Islamic Bank Group, com extensas relações com a família bin Laden, através da qual canalizou fundos para o Afeganistão e Argélia; **príncipe Saud** – ministro dos Negócios Estrangeiros; **príncipe Abdulrahman** – comandante de uma divisão nas Forças Armadas; **príncipe Bandar** – responsável pelas informações da Força Aérea saudita; **príncipe Turki** – até há pouco chefe dos Serviços Secretos do reino, e responsável pelas relações com o Afeganistão e Iémen, com extensas relações com os Taleban e bin Laden (até à ruptura com este).

b) Uma esposa de outro ramo menor dos Saud, os Al Jiluwi – Haya bint Turki bin Abdallah Al Jilluwi, da qual teve dois filhos:

- **príncipe Khalid** – governador da província de Asir; **príncipe Saad** – chefe da Fundação Faysal, uma das grandes organizações não-governamentais sauditas com actuação internacional.

c) Uma esposa da família aristocrática dos Al Sudayri – sultana Bint Ahmad Al Sudayri:

- **príncipe Abdallah** – o mais velho dos filhos de Faysal foi um importante apoiante do pai nas lutas palacianas do período 1958-1964, mas posteriormente dedicou-se aos negócios.

O clã Faysal deve ser visto em conjugação com outro clã – o dos Al Sheikh – descendentes do fundador do wahhabismo. Actualmente os seus membros mais poderosos incluem:

- o Grande Mufti (uma das duas principais autoridades religiosas do reino) – Sheikh Abdulaziz bin Abdullah Al al Sheikh, que é também *chairman* do conselho constitutivo da World Muslim League e de uma das principais *charities* sauditas, a IIRO (International Islamic Relief Organization), que recebe donativos da família real saudita;

- o ministro dos Assuntos Islâmicos – Sheikh Saleh bin Abdulaziz Al al Sheikh, que é também *chairman* de outra das mais importantes *charities* sauditas, a Al-Haramain que também recebe donativos da família real saudita;

- o ministro da Justiça – Dr. Abdullah bin Muhammad bin Ibrahim Al al Sheikh.

## **O CLÃ DOS SUDAYRIS**

Este clã tem duas componentes com registos políticos diferentes.

### O REI FAHD E OS SEUS IRMÃOS – OS SUDAYRIS “CENTRAIS”

A componente principal encontra-se organizada em torno dos sete filhos que o fundador do reino, Abdul Aziz, teve da esposa favorita, pertencente a uma das mais distintas famílias aristocráticas do reino, os Sudayris – Hassa bint Ahmad Al Sudayri. Esta parte do clã Sudayri inclui, além dos descendentes directos do fundador do Estado saudita, os filhos destes que ocupam posições de relevo na vida pública, que se apresentam seguidamente pela ordem de senioridade.

O rei Fahd e os seus descendentes:

- **príncipe Khalid** – responsável pelo pelouro da Juventude; **príncipe Muhamad** – governador da Província Oriental, a mais importante região produtora de petróleo e palco de conflitos com xiitas; **príncipe Saud** – nomeado ministro em 1997; **príncipe Sultan** – nomeado ministro em 1997; **príncipe Abdulaziz** – o mais novo dos filhos de Fahd, recentemente promovido a ministro, estabelece uma ponte entre o pai e o príncipe Abdallah, por quem é muito considerado.

O **príncipe Sultan** – actual ministro da Defesa e os seus descendentes:

- **príncipe Khaled** – foi comandante das forças conjuntas sauditas a seguir à invasão do Kuwait mas, por razões pouco claras, afastou-se a seguir das forças armadas e dedicou-se aos negócios e aos *media*, sendo proprietário de um influente diário árabe, o *Al Hayat*; regressou recentemente à cena política, sendo nomeado como colaborador próximo do pai no Ministério da Defesa; **príncipe Fahd** – governador da província de Tabuk; **príncipe Bandar** – embaixador junto dos EUA.

O **príncipe Abdul Rahman** desempenha funções de ministro adjunto da Defesa, junto de seu irmão Sultan, mas não tem descendentes conhecidos em lugares importantes do Estado.

O **príncipe Nayef** – actual ministro do Interior e seus descendentes:

- **príncipe Saud** – governador adjunto da Província Oriental; o **príncipe Turki**.

O príncipe Nayef, como ministro do Interior, controla as polícias de segurança do reino e a polícia religiosa – o «Comité de Combate ao Vício e Promoção da Virtude» – que lhe permite extensas relações com o clero wahhabita. Essas relações são seguramente reforçadas pela sua função de presidente do Supremo Comité do Hajji, responsável pela segurança das peregrinações a Meca.

O príncipe Nayef é ainda presidente de dois comités que canalizam fundos do Governo saudita para a segunda *intifada* na Palestina (Saudi Committee for Support of the Al-Quds

Intifada) e para a Tchetchénia e o Kosovo (Joint Saudi Comitee for the Relief of Kosovo and Chechnya).

O **príncipe Salman** – é o mais novo dos Sudayris no poder; exerce as funções de governador de Riad, a capital do país e base tradicional de apoio dos Saud; desempenha ainda as funções cruciais, embora não oficiais, de presidente do Conselho de Família dos Saud. É presidente de uma *charitiy* que mobiliza fundos para a Autoridade Palestiniana. O seu filho ocupa posições de relevo no Ministério do Petróleo, situação única entre os príncipes sauditas, já que tradicionalmente são «plebeus» com formação técnica que ocupam estes postos.

O **príncipe Ahamad** – ocupava o lugar de ministro adjunto do Interior e não tinha até meados de 2003 descendentes tão bem colocados como os seus irmãos.

#### OS OUTROS SUDAYRIS

Uma segunda componente do clã Sudayri é constituída pelos três filhos que o fundador do reino teve com outra esposa oriunda dessa família – Jauhara bint Saad Al Sudayri:

- **príncipe Badr** – foi um dos *free princes* que apoiou a coligação Saud – Talal; tendo sido mais tarde reabilitado pelo rei Faysal e nomeado comandante adjunto da Guarda Nacional, onde tem a responsabilidade das tropas tribais;
- **príncipe Abdul Ilah** – governador da província de Jawaf;
- **príncipe Abdul Majid** – governador da província de Meca.

Existe ainda uma terceira componente do clã Sudayri, na pessoa do **príncipe Abdulmus-hin**, cujo filho Saud ocupa a posição importante de governador do Hail.

Estas duas componentes do clã podem estar disponíveis para apoiar outras facções que não a anterior e serão muito procuradas por essas outras facções, já que asseguram uma representação do clã Sudayri.

#### **A FAMÍLIA ABDALLAH E OS AL RASHID**

É um pequeno clã familiar organizado em torno do príncipe herdeiro Abdallah, que é desde 1963 comandante da Guarda Nacional, cargo para que foi nomeado pelo rei Faysal. Tem duas limitações principais enquanto clã – o príncipe Abdallah é filho de um casamento de conveniência do rei Abdul Aziz com uma mulher da tribo dos Shammar, origem da dinastia rival dos Al Rashid que foi por ele derrotada durante o processo de unificação política da Península Arábica: não pertence ao tronco principal da família dos Saud e não teve irmãos.

O clã é constituído pelos seus filhos que no essencial ocupam posições na área de influência directa do pai:

- **príncipe Khalid** – foi governador adjunto da Província Ocidental até 1992 e depois deixou de ter funções políticas; **príncipe Mitab** – chefe adjunto da Guarda Nacional; **príncipe Abdulaziz** – assessor da corte pessoal do pai; **príncipe Turki** – oficial da Guarda Nacional.

O príncipe Abdallah tem uma esfera de influência própria alargada no mundo árabe que resulta do facto de ser descendente de uma mãe da tribo Shammar<sup>2</sup> – a maior tribo árabe, com membros em vários países do Médio Oriente e Golfo, tendo sido um deles escolhido em meados de 2004 para Presidente Interino do Iraque.

### **OS «PRÍNCIPES SEM RAÍZES»**

Ao referir-se ao círculo mais alargado que apoia o príncipe Abdallah, um autor como Joseph Kechichian inclui um conjunto de cinco príncipes, filhos do rei Abdul Aziz, mas de «casamentos» com mulheres não-sauditas, que podemos designar por «príncipes sem raízes»:

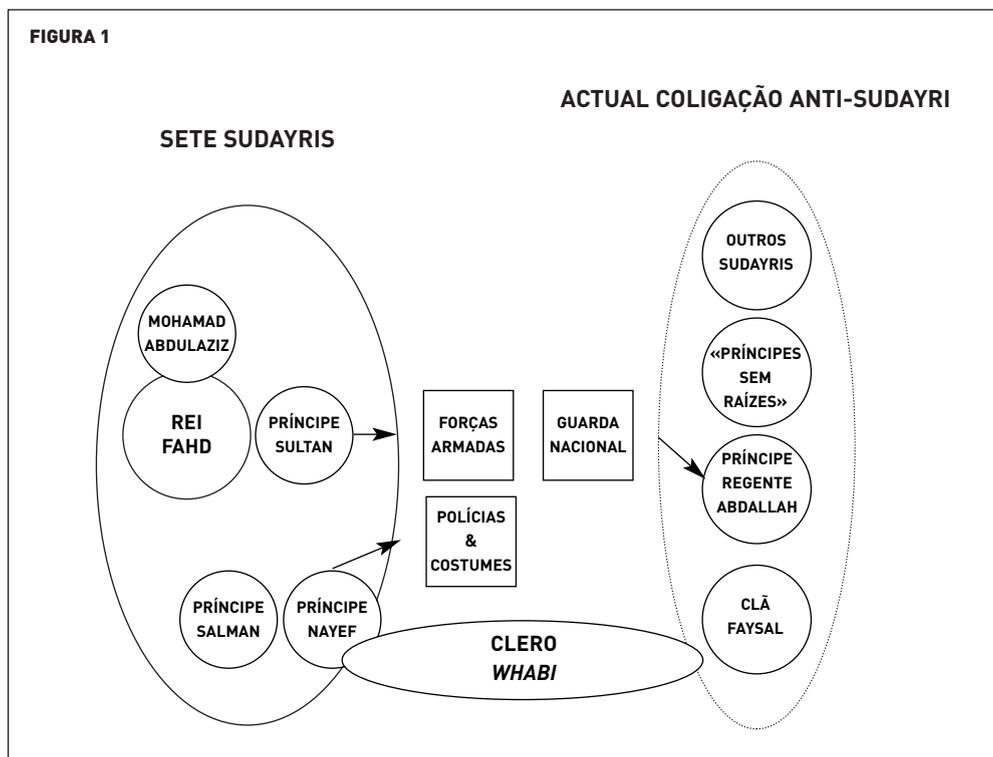
- **príncipe Bandar** – filho de uma concubina, possivelmente de origem marroquina, é uma figura muito respeitada em termos religiosos, mas sem presença na vida pública; o seu filho é governador de uma província onde se situa o bastião da ortodoxia wahhabita – a província de Qasim;
- **príncipe Talal** – filho de Munaysir, esposa arménia do rei Abdul Aziz, foi um dos principais protagonistas da crise que levou à deposição do rei Saud e à nomeação de Faysal; tendo inicialmente apoiado este em 1958, liderou mais tarde o movimento dos *free princes* em aliança com o rei Saud;
- **príncipe Nawaff** – filho de Munaysir, esposa arménia de Abdul Aziz, participante activo da crise que levou à deposição de Saud, do lado dos *free princes* (sucedeu em 2001 ao príncipe Turki al Faysal como chefe dos Serviços Secretos);
- **príncipe Majid** – filho de Mudhi, uma concubina arménia, fez parte do movimento dos *free princes*;
- **príncipe Sattam** – filho de Mudhi, uma concubina arménia, é governador adjunto de Riad;
- **príncipe Miqrin** – filho de Baraka, uma concubina iemenita, é governador da província de Medina.

### **AS ALIANÇAS PARA A SUCESSÃO – UMA INCÓGNITA**

Actualmente, o posicionamento dos diversos grupos poderá ser o que é representado na figura 1:

- De um lado, encontra-se a componente principal do clã Sudayri, organizada em torno do rei Fahd, incluindo o príncipe Sultan, ministro da Defesa e candidato a príncipe regente, o príncipe Salman, governador de Riad e referido como possível candidato de consenso, caso haja um conflito grave no seio da família em torno da indignação do príncipe regente, e o príncipe Nayef, ministro do Interior; além destes, esta facção inclui príncipes da segunda geração, nomeadamente os cinco filhos de Fahad – Khaled, Mohammad, Saud, Sultan e Abdulaziz, e três dos filhos de Sultan – Khaled, Fahd e Bandar.
- Do outro lado, uma coligação que reúne o príncipe regente Abdallah, comandante da Guarda Nacional, o clã Faysal/Al Sheikh, e grande parte dos «príncipes sem raízes».

- No meio, podem colocar-se os outros Sudayris que têm vindo a acumular lugares importantes como governadores, nomeadamente de Meca e do Hail.



O prolongamento da vida do rei Fahd, após as sucessivas crises clínicas porque tem passado, acabou por colocar a questão da sucessão num contexto mais difícil. Antes de mais por razões internas – com o rei Fahd vivo o príncipe Abdallah não pode subir ao trono e consolidar o seu poder; cada vez se torna menos credível a indigitação do príncipe Sultan como príncipe herdeiro, nomeadamente devido à sua idade e estado de saúde; e sem a escolha do novo príncipe herdeiro não se pode realizar a realocação de funções nas estruturas de segurança do reino; tudo isto num contexto de incerteza em torno das perspectivas de segurança no Golfo.

Depois, porque o contexto externo tem evoluído de uma forma que complicou ainda mais as decisões no seio da Casa Real, ao criar motivos para fortes tensões entre as diversas facções que a estruturam. Basta recordar que a sucessão vai dar-se num contexto em que:

- a intervenção dos EUA no Iraque abre a possibilidade de uma tomada de poder num país árabe por parte dos xiitas, e por vias democráticas, fenómeno que nunca acontecera desde a criação da Arábia Saudita e que exacerbará a tradicional animosidade das bases wahhabitas face aos xiitas;

- a estabilização do Iraque acabará por exigir um papel crescente dos hachemitas da Jordânia na representação dos sunitas derrotados, o que coloca à Casa Real um problema grave, se tal se traduzir num reforço sustentado dos rivais históricos dos sauditas no mundo árabe sunita;

- o regime político do Irão tomou a decisão inabalável de se dotar de armas nucleares, como principal activo de segurança face aos EUA; o que coloca a Arábia Saudita perante a escolha de se dotar também de armas nucleares, rompendo com os EUA ou aceitando a protecção dos EUA, o que enfureceria a base wahhabita do reino.

E tudo isto num clima de insurreição islamita latente no mundo muçulmano sunita, simbolicamente representado pela Al-Qaida, mas que tem fortes ligações com a base de apoio wahhabita da Casa Real e que limita as opções de política externa que esta pode tomar.

Hoje, podem aventar-se as seguintes hipóteses com respeito à sucessão:

- se Abdallah acabar por subir ao trono, perfilam-se dois candidatos mais prováveis ao lugar de príncipe herdeiro – Salman, um dos mais novos Sodayris, príncipe de segunda geração, e Saud al Faysal, o mais velho dos príncipes da terceira geração;

- a manutenção da coligação Abdallah/Faysal/Al Sheik contará com forte apoio junto do alto clero wahhabita assustado pela ameaça dos islamitas e pela crescente influência destes nos jovens membros do clero;

- face a esta situação os Sodayris tenderão a procurar apoios junto dos ulemas, podendo envolver-se numa competição que implicará uma radicalização de posições em política externa, para compensar a mais natural inclinação de muitos dos ulemás para a coligação anterior (veja-se neste sentido as tomadas de posição do príncipe Nayef);

- os filhos do rei Fahd e do príncipe Sultan – Muhammad e Khaled, respectivamente – constituirão uma aliança que será influente na escolha final do novo príncipe regente e que presumivelmente defenderá a continuação de uma política de abertura e colaboração face aos EUA. RI

## NOTAS

\* Uma primeira versão deste texto foi originalmente publicada em *Informação Internacional. Análise Económica e Política*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2005, vol. II, pp. 243-268

<sup>1</sup> Nem todos os governadores de província têm a mesma importância. À frente estão o governador da capital, Riad; os governadores das duas províncias em que se localizam

as cidades santas de Meca e Medina; o governador da Província Oriental, onde se localiza o essencial da riqueza petrolífera do reino; o governador do Hail, base da dinastia rival dos sauditas, os Rashid da tribo Shammar; e o governador da província de Asir, uma das últimas a serem integradas no reino e onde permanecem forças separatistas.

<sup>2</sup> O chefe da tribo Shammar, o príncipe Talal al Rashid, vivia exilado em Paris, depois das suas propriedades no reino terem sido confiscadas e o seu passaporte saudita retirado; consta que o príncipe Abdullah desejou trazê-lo de volta ao reino, como meio de fortalecer a sua base de apoio; mas em Setembro de 2004 o príncipe Tala foi assassinado na Argélia quando caçava.

## BIBLIOGRAFIA

«Le Wahhabisme et l'Histoire de l'Arabie, Monde Arabe Maghreb» – *Machrek*, n.º 174, Outubro-Dezembro, 2001

AL RASHEED, Madawi, «Deux prédécesseurs saoudiens de Ben Laden», *Critique Internationale*, n.º 17, Outubro de 2002.

KECHICHIAN, Joseph A., *Succession in Saudi Arabia*, New York, Patgrave, 2001.

IDEM, «Testing the Saudi 'Will to Power' Challenges Confronting Prince Abdallah», *Middle East Policy*, vol. X, 4, Inverno de 2003.

PIRES, Daniel, «Arabia's Civil War», *Wall Street Journal Europe*, 14 de Maio de 2003.

WALKER Jr., Edward S., «The Quiet Revolution: Saudi Arabia», The Middle East Institute, Janeiro de 2004.